

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.995 - SP (2019/0081234-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : FRANCISMAR BARBOSA DA SILVA VIAL  
**ADVOGADOS** : JOSÉ LUIZ PEREIRA JUNIOR - SP096264  
ÉRICA AP MARTINI BEZERRA PEREIRA E OUTRO(S) -  
SP169162  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **FRANCISMAR BARBOSA DA SILVA VIAL**, desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial com base no fundamento de que a análise da tese agitada no apelo demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, acarretando a incidência da Súmula 7/STJ.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante não impugnou, de maneira específica, o motivo adotado pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

Com efeito, apesar de afirmar, genericamente, que seu recurso versa unicamente sobre matéria de direito, a parte agravante não declinou de que maneira, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto.

Em outras palavras, o agravo deixou de rebater, de modo específico, o fundamento adotado pela decisão agravada, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 182/STJ ("*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.*").

**ANTE O EXPOSTO**, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**

